



EMENDA N° - CEDN
(ao PLS n° 186, de 2014)

Inclua-se, onde couber, na Emenda Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014, apresentada pelo Relator Senador Fernando Bezerra Coelho, o seguinte dispositivo:

“Art. A taxa de fiscalização de que trata o artigo 40 será repartida entre União, Estados e Municípios, sendo 50% (cinquenta por cento) para o governo federal, 30% (trinta por cento) divididos entre os Estados e/ou Distrito Federal, e 20% (vinte por cento) divididos entre os municípios, apenas para aqueles locais onde a concessionária contribuinte possuir estabelecimentos em operação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pertence a um pacote de medidas que ora apresentamos ao Projeto de Lei n° 186, de 2014, com o fito de contribuir para o aperfeiçoamento da já bastante qualificada Emenda Substitutivo apresentada pelo nobre Senador Fernando Bezerra Coelho.

Entendemos que, ao contrário do que tem afirmado o senso comum, a questão que se apresenta perante o legislador em relação aos jogos de azar não é, simplesmente, legalizar ou não a sua exploração. Isso porque mesmo proibida, a sua prática está presente no dia-a-dia da população brasileira, seja por meio do jogo do bicho, disponível a cada esquina, seja pela internet, em sites de empresas estrangeiras e licenciadas em suas jurisdições de origem.

A proibição vigente nos últimos 70 anos se provou absolutamente ineficaz, servindo apenas para enriquecer contraventores e incentivar a corrupção de agentes públicos que deveriam reprimir aquela conduta. Diante disso, a verdadeira pergunta se apresenta ao legislador brasileiro neste momento é se queremos manter a situação como está ou se desejamos proteger e beneficiar a sociedade, licenciando, fiscalizando e exigindo o cumprimento de diversas obrigações pelas empresas que virão a operar o jogo.





Os mesmos argumentos que por tantos anos sustentaram a proibição, hoje demandam a regulamentação do jogo: a sociedade brasileira está à mercê dos efeitos sociais lesivos do jogo compulsivo sem qualquer controle ou responsabilidade dos operadores. Com a lei, o jogador passará a contar com todo um arcabouço de suporte, incluindo a exigência de observância das melhores práticas de jogo responsável. Uma dessas medidas é a criação de um cadastro unificado de jogadores compulsivos, nos moldes do sistema de auto exclusão vigente em alguns países da Europa (por exemplo, Portugal): o jogador que se identifica como portador de comportamento compulsivo pode se inscrever nesse cadastro e passa a ter sua entrada proibida em qualquer estabelecimento de jogo. Também a família do jogador, desde que embasada em laudo de profissional da saúde, pode impedir que ele realize apostas.

A lavagem de dinheiro ocorre hoje em razão dos rendimentos ilegais do jogo. Com a lei, se exigida a identificação prévia do apostador a cada aposta e prêmio, o risco de lavagem de dinheiro com o jogo tende a zero. Finalmente, a legalização do jogo acabará com uma grande fonte de recursos financeiros do crime organizado. Esse volume financeiro passará a ser captado por empresas legalmente constituídas, geradoras de empregos e pagadoras de impostos. Note-se que a maioria das grandes empresas operadoras de jogo no mundo são companhias de capital aberto, com ações em bolsa, sujeitas aos mais rígidos controles e normas.

Nesse sentido, merecem aplausos a iniciativa do Senador Ciro Nogueira, com o PLS 186/2014, bem como o texto do relatório proposto pelo Relator Senador Fernando Bezerra, que cria as condições necessárias para o desenvolvimento adequado da atividade do jogo no Brasil, sem entrar em detalhes técnicos que fogem ao objeto da lei, sendo mais pertinentes à sua regulamentação.

Alguns ajustes, contudo, fazem-se necessários para que a lei atinja o seu objetivo, que é trazer o melhor benefício para a sociedade brasileira.

Para garantir a prevenção à lavagem de dinheiro e trazer a segurança necessária para a sociedade, entendemos que não apenas os prêmios acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) devem ser comunicados aos órgãos fiscalizadores, mas sim que todas as apostas e prêmios sejam identificados e que o governo tenha acesso a essas informações.

Sabemos que o Brasil é, sem dúvidas, o mercado de jogo não regulado mais atrativo do mundo e que diversas empresas estrangeiras estão aguardando a legalização para fazerem vultosos investimentos no país. Por conseguinte, não faz sentido estender o monopólio da Caixa Econômica Federal para outras modalidades de jogo além das tradicionais loterias, como propõe a redação do §7º do artigo 8º do Relatório. As apostas pela internet compõem uma parte relevante do mercado e devem ser exploradas também por aquelas empresas que pagarão altos lances por suas concessões, sob pena de tornar os seus respectivos leilões não atraentes para o público investidor.

Além disso, a concorrência de vários agentes em cada mercado é do interesse do público consumidor, que poderá exigir a mais alta qualidade de atendimento, bem como do governo enquanto órgão fiscalizador e arrecadador de tributos. Por essas razões sugerimos novas redações para o §7º do artigo 8º e para o §2º do artigo 11 do Relatório.





Outro ponto crítico do relatório que merece atenção concerne à tributação da atividade de jogo e dos prêmios dos apostadores. Trata-se de atividade com peculiaridades muito distintas de outras indústrias, das quais destacamos a forma de cálculo da sua receita. Apesar de os ingressos corresponderem ao valor total das apostas recebidas, em muitos casos os prêmios pagos superam 90% do valor das apostas, podendo ser até mais de 100% em caso de apostas bancadas.

A lei deve conciliar essa realidade com a tributação com base em receita bruta, caso do PIS e da COFINS. Para isso, deve-se definir a receita da atividade de acordo com a prática mundial, correspondendo ao *GGR – Gross Gaming Revenue*, ou Receita Bruta do Jogo, tal como definido em nossa proposta de nova redação para o artigo 48, a qual também esclarece que jogo não constitui prestação de serviços, mas sim obrigação de pagar o prêmio.

Da mesma forma, tendo em vista que atividades que não geram créditos em sua cadeia não devem estar sujeitas ao regime não-cumulativo do PIS e da COFINS, ao exemplo dos serviços de telecomunicações, propomos que a atividade de jogo esteja submetida ao PIS e COFINS cumulativos, conforme sugestão dos novos artigos 55 e 56.

Sobre a tributação dos prêmios recebidos pelos apostadores, apesar de ser prática comum na maioria dos países a sua isenção para fins do imposto de renda, entendemos que socialmente não podemos justificar esse benefício, quando o salário do trabalhador sofre a tributação pela regra geral. Por outro lado, entendemos que não se pode tributar, isoladamente, cada prêmio recebido, descontando apenas o valor da aposta que lhe deu origem, uma vez que o apostador, ao final de determinado período, pode ter perdido mais do que ganhado. Devemos tributar apenas os ganhos reais, de forma razoável para não afastar o público, por isso propomos a nova redação do artigo 37 e a inclusão do novo artigo 53, que adapta a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990 (a qual trata do imposto de renda).

Ainda na temática tributária, propomos a repartição do valor arrecadado a título de taxa de fiscalização entre União, Estados e Municípios, haja vista que todos deverão exercer, de forma coordenada, o poder de polícia sobre os concessionários.

Por fim, não podemos olvidar nem preterir as entidades turfísticas, os Jóqueis Clubes, que atualmente são as únicas entidades privadas com autorização legal para captação de apostas e que se encontram, em sua absoluta maioria, em estado financeiro precário e insustentável. Ou a lei dá a essas entidades a possibilidade de competir no novo mercado que se criará, ou fecharemos os Jóqueis Clubes, com prejuízo para mais de 30.000 trabalhadores que dependem da cadeia da equideocultura para sua sobrevivência.

Nesse diapasão, merece aplausos a iniciativa do Relator consubstanciada no artigo 54 do Relatório. Acrescemos a necessária correção da redação do §3º do artigo 8º do Relatório, uma vez que Sweepstakes são as modalidades de loteria cujo resultado depende do resultado de corridas de cavalos, e as outras modalidades não possuem essa dependência. Da mesma forma, acrescentamos o novo artigo 57, que adapta a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 (“Lei do Turfe”) à nova realidade, exigindo o repasse dos benefícios do jogo à razão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

de ser dos Jóqueis Clubes, o incentivo à equideocultura por meio de prêmios aos proprietários, criadores e profissionais do turfe.

Sala das Comissões,

SENADOR ROBERTO ROCHA
(PSB/MA)



SF/16682.92474-71